

2018

RELATÓRIO ANUAL



* EDITORIAL

Equipe Executiva: Ana Navarrete, Andresa Porto e Janáina Homerin

É com imenso prazer que a Rede Justiça Criminal (RJC) lança seu primeiro relatório de atividades!

Constituída em 2010, a partir da união de esforços de organizações da sociedade civil para promover a participação social na construção da política criminal brasileira, a RJC se dedicou a um intenso trabalho de monitoramento e incidência no processo de elaboração das leis. O advocacy no legislativo é, portanto, o que motivou a criação da Rede Justiça Criminal e o que orienta nossa atuação ao longo desses oito anos de existência.

Nesse período, a RJC contribuiu para o alcance de importantes resultados em prol de um direito penal mais justo e responsável. Para nós, o respeito à dignidade da pessoa e aos direitos e liberdades fundamentais se constitui como a premissa inabalável do direito penal, ao nortear a produção legislativa e a regulamentação administrativa em matéria de execução penal.

Nos últimos anos, a RJC vem ampliando sua atuação em advocacy para além da incidência direta no processo legislativo, a partir da compreensão de que comunicar e mobilizar são essenciais para fortalecer a participação cidadã na tomada de decisão política. Assim, entre 2017 e 2018, lançamos duas grandes campanhas destinadas a ampliar a informação e a sensibilização de um público mais geral no tema da justiça criminal.

Abordar a questão carcerária com seriedade implica ir além dos números. Por trás da quantidade estarrecedora de pessoas presas, evidenciada pelo fenômeno da superlotação, existem histórias que trazem à tona a realidade da vida no cárcere. É preciso conhecer essa realidade, sem a qual a lógica que sustenta o direito penal não passa de mero exercício epistemológico. Ao observar o que significa o cumprimento de pena privativa de liberdade em uma unidade prisional brasileira, fica evidente que estamos longe de promover justiça. Pelo contrário, a realidade do sistema prisional ameaça a efetivação do ideal de justiça que nos move, ao violar direitos e alimentar as engrenagens da violência que impedem o

processo de ressocialização da pessoa presa e reparação da vítima e da sociedade.

Para apoiar as organizações-membro no desafio da ampliação do debate público, passamos a contar, desde maio, com uma assessoria de comunicação, elevando a comunicação a um eixo de atuação prioritária do coletivo com amplo potencial de democratização e diversificação de interlocutores e interlocutoras.

O trabalho de comunicação e advocacy constituem-se, portanto, em ferramentas para efetivar a participação da sociedade na tomada de decisão política. Nesse sentido, a atuação da RJC se soma ao esforço de qualificação do debate público e da construção política que diversos atores desempenham na defesa de interesses sociais.

O que caracteriza a RJC é sua pluralidade. O encontro de organizações e pessoas com trajetórias distintas e complementares, movidas por engajamento comum, que apostam no poder da articulação e da construção coletiva para progredir na elaboração de uma política de justiça criminal e de segurança mais justa, humana e efetiva. Essa articulação de forças entre parceiros é motor transformador da sociedade civil, com o objetivo de impedir retrocessos que impactam a vida de todos e todas. Nós reconhecemos, valorizamos e agradecemos a colaboração de parceiros e parceiras institucionais, especialistas, pesquisadores, pesquisadoras, colaboradores, colaboradoras, e tantas outras pessoas e coletivos que, de inúmeras formas, contribuíram para as atividades da Rede Justiça Criminal.

Não faltam desafios, desde inovações legislativas vindouras ao enfrentamento das causas estruturantes que historicamente conformam a seletividade do sistema penal e a opção pelo encarceramento em massa. É preciso avançar no questionamento do predomínio da pena de prisão e promover mais responsabilidade junto aos poderes públicos, tanto na concepção como na execução e na avaliação da política criminal. Esse é o compromisso da Rede Justiça Criminal.

* SOBRE A REDE JUSTIÇA CRIMINAL



Criada em 2010, a Rede Justiça Criminal (RJC) é um coletivo composto por oito organizações da sociedade civil brasileira, com o objetivo de contribuir para a qualificação do debate público e incidir, com base em pesquisas empíricas e dados oficiais, na tomada de decisão política para tornar o sistema de justiça criminal mais humano e consoante aos direitos e liberdades fundamentais garantidos a todos os seres humanos.

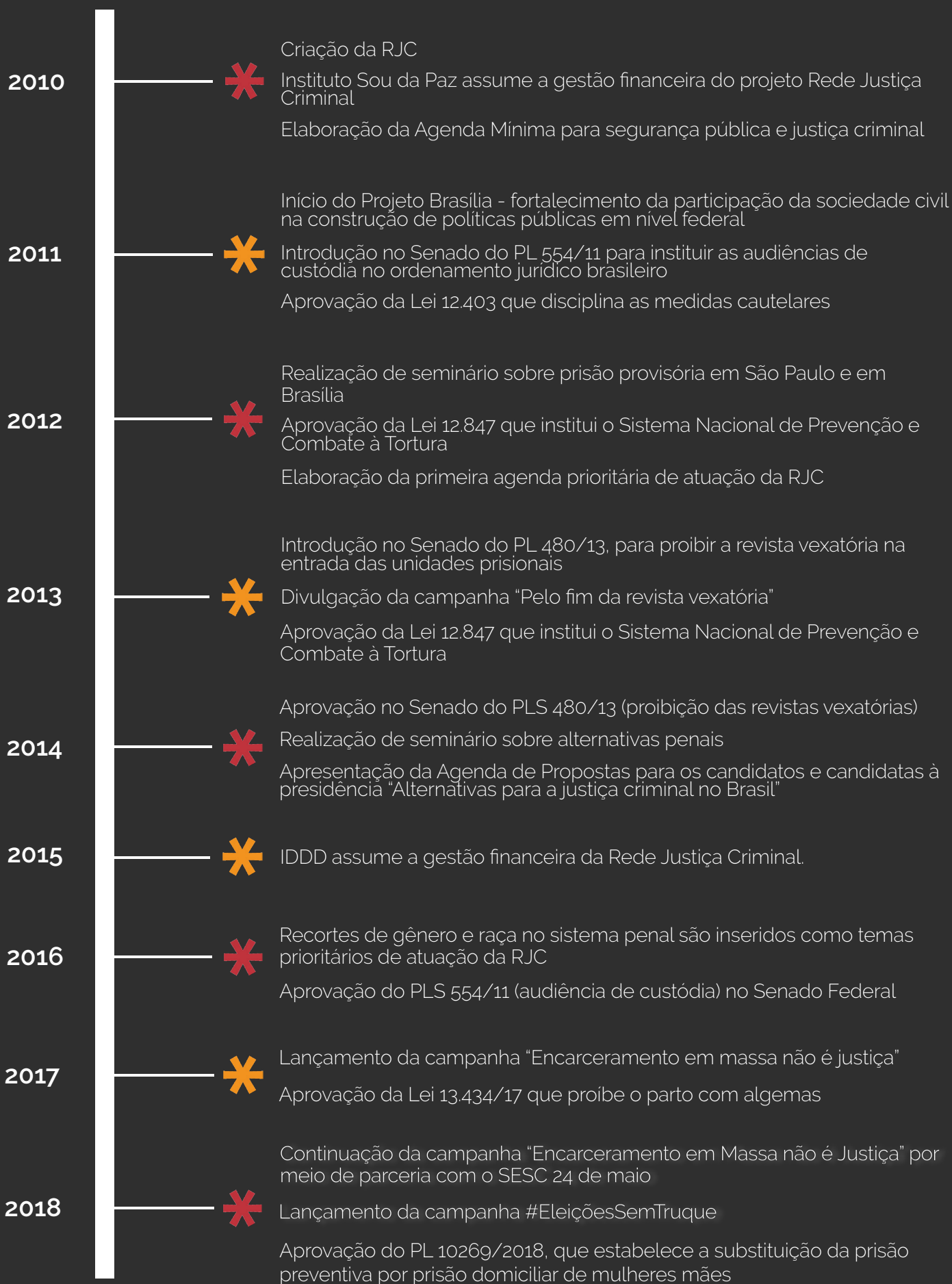
Hoje, integram a Rede: o Centro de Estudos em Segurança e Cidadania (CESeC), a Conectas Direitos Humanos, o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), o Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), o Instituto Sou da Paz, o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) e a Justiça Global.

A atuação conjunta das organizações-membro permite a troca de experiências, a colaboração entre entidades com diferentes especialidades e o impulso mútuo em direção a objetivos compartilhados.

Como fruto dessa atuação, a Rede Justiça Criminal define, a cada ano, uma agenda de atuação prioritária, que envolve incidência direta, por meio do monitoramento de projetos de lei e políticas na área de justiça criminal e desenvolvimento do trabalho de advocacy junto aos poderes públicos e à sociedade civil. Além disso, busca mobilizar a opinião pública e demais atores políticos por meio da comunicação estratégica, a fim de incidir de maneira eficaz sobre a construção da política criminal e promover mudanças positivas no sistema de justiça brasileiro.

* HISTÓRICO

2010 - 2018



* ADVOCACY E COMUNICAÇÃO: IMPACTOS DE UMA ATUAÇÃO CONJUNTA

A Rede Justiça Criminal acompanha o trabalho de gestores e parlamentares, bem como proposições que sejam relacionadas à justiça criminal, fornecendo conteúdo, estudos e pesquisas. Tratando-se de uma rede de organizações da sociedade civil especialista no tema, sua metodologia também inclui a produção de agendas propositivas, além da construção de propostas de alteração legislativa e monitoramento das que já estão em andamento no campo da justiça criminal.

Os principais temas e projetos acompanhados em 2018 foram:

GÊNERO NO SISTEMA PENAL

PLS 43/2018 (visa alterar o Marco Legal da Primeira Infância para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos à medida privativa de liberdade)

Por que acompanhar? Gênero é um dos temas prioritários da Rede, pois é uma questão-chave para discutir o encarceramento em massa no Brasil, visto que o número de mulheres presas no país cresceu mais de 500% nos últimos 16 anos. Hoje, mais de 40 mil mulheres em situação de prisão, porém ainda não há, por exemplo, dados sobre uma questão extremamente presente no encarceramento feminino: a maternidade. Há diversas pesquisas, recomendações internacionais e inclusive leis que determinam a atenção à vulnerabilidade de mulheres grávidas e mães na prisão de maneira a desencarcerá-las. Somente em novembro de 2018 foi promulgada a Lei 13.769 que estabelece a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência.

ADOLESCENTES

PLC 19/2018 – Atual Lei 13.675 (sobre a implementação do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP)

PEC 115/2015 (redução da maioridade penal)

PL 7197/2002 (aumento do tempo de internação)

Por que acompanhar? A RJC atuou em parceria com outras organizações da sociedade civil e entidades de classe, junto ao Senado Federal e à Presidência da República, pedindo a supressão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Além disso, a RJC é contra a redução da maioridade penal e qualquer outro projeto que vise aumentar a punição para adolescentes em conflito com a lei.

CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Projetos de lei que alteram a Lei Antiterrorismo (nº 13.260/2016) e aqueles relacionados ao direito à manifestação.

Por que acompanhar? Existem mais de 50 projetos de lei que tratam do direito à realização de protestos de rua, entre os que visam desde impor algum tipo de restrição ou criminalizar manifestações políticas até os que buscam estabelecer salvaguardas para o exercício desse direito. A Rede, em parceria com a Artigo 19, mantém, desde 2017, um portal que reúne todos os PLs com linguagem simples e direta. Acesse: projetosdelei.protestos.org/

REVISTA VEXATÓRIA

PL 7764/2014 (dispõe sobre a revista pessoal nas unidades prisionais)

PL 3832/2015 (dispõe sobre a revista pessoal nas unidades de internação do SINASE)

Por que acompanhar? A revista íntima e pessoal a qual familiares de pessoas presas e de adolescentes em cumprimento de medida de internação no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) são sujeitos em dias de visita é chamada de revista vexatória pelo caráter da prática. Embora ela já seja reconhecida como violadora de direitos por algumas leis estaduais, como é o caso do Rio de Janeiro e de São Paulo, por exemplo, a aprovação dos projetos de Lei 7764/2014 e 3832/2015 é necessária para que a revista vexatória seja abolida em todo o território nacional. A atuação da Rede nesse tema é prioritária, inclusive tendo desenvolvido a grande campanha nacional "Pelo Fim da Revista Vexatória" (fimdarevistavexatoria.org.br)

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

PL 6620/2016 apensado ao PL 8045/2010 (Reforma do Código de Processo Penal)

PL 7908/2017 (sobre a implementação de audiência de custódia no sistema socioeducativo)

Por que acompanhar? A audiência de custódia é o primeiro encontro da pessoa presa com o juiz ou juíza competente para averiguar a legalidade da prisão, que deve acontecer em até 24 horas. A Rede acredita que esse é um mecanismo essencial para a garantia de direitos, prevenção à tortura e no combate à prisão provisória.

RESPONSABILIDADE POLÍTICO CRIMINAL

PL 4373/2016 (estabelece a necessidade de análise prévia do impacto social e orçamentário das propostas legislativas que tratam de criação de novos tipos penais, aumento de pena ou que tornem mais rigorosa a execução da pena)

Por que acompanhar? É fundamental que o Estado brasileiro implemente uma política pública criminal mais racional, que observe o uso responsável de recursos e também os impactos sociais na área da segurança e justiça. Com base nessa premissa, a RJC entende que é seu papel incluir o tema no debate, entre os três poderes da República e na sociedade civil. O PL 4373 oferece uma porta de entrada para o amadurecimento dessa discussão no legislativo e serve de base para um amadurecimento mais participativo.

DROGAS

PLC 37/13 (aumenta penas e pauta a internação compulsória)

Comissão de Juristas para elaborar um anteprojeto de atualização da Lei de Entorpecentes e Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

Por que acompanhar? A política de drogas adotada pelo Brasil é uma das principais responsáveis pelo encarceramento em massa, além de ser constantemente instrumentalizada para a criminalização de pessoas usuárias de drogas. A RJC é a favor da regulação do cultivo, transporte e uso de todas as drogas.

NO RADAR

PLS 580/2015 - Busca estabelecer a obrigação da pessoa presa ressarcir o Estado das despesas com a sua custódia.

PL 7885/2014 - Perda de cargo ou função no caso de tortura praticada por integrante de órgão de segurança pública

PL 7223/06 - Regime penitenciário de segurança máxima

* COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Ao longo dos anos, a Rede ampliou seu espectro de atuação, aumentando assim sua visibilidade e atuando em cada vez mais temas.

Sua contribuição tem sido cada vez mais reconhecida por atores do sistema de justiça criminal. No entanto, além do monitoramento e da atuação direta na construção de uma política criminal mais justa, a Rede considera que a participação política é essencial para que a sociedade como um todo se movimente para cobrar que seus direitos sejam garantidos.

Por isso, e levando em conta sua influência crescente no debate público sobre a justiça criminal, a Rede buscou no último ano se aproximar de outras organizações da sociedade civil, em particular fora do eixo São Paulo-Rio de Janeiro, impulsionada pela ideia de que a diversificação de vozes reforça a consolidação da democracia no Brasil.

A Rede acredita que a qualificação e a participação política da sociedade civil é crucial para o fortalecimento das instituições e dos processos democráticos estabelecidos pela Constituição.

Dessa forma, fortalecer nossos materiais de comunicação e mobilizar a sociedade civil tem justamente a intenção de alavancar o debate legislativo, ampliando a participação social e trazendo insumos técnicos para ela.

Desde a chegada da profissional de comunicação à equipe, foram desenvolvidas atividades primordiais para a qualificação do debate público, como a sistematização de um plano de comunicação a partir do histórico de ações já desenvolvido pela RJC, e a criação do perfil institucional no Facebook, que já conta com mais de 400 curtidas na página.

+9mil

Acessos ao site institucional

+13mil

Acessos ao site da campanha "Encarceramento em massa não é justiça"

400

Curtidas no Facebook

* IMPRENSA



Em 2018, 17 documentos foram produzidos ou assinados pela RJC. A presença na mídia se deu também por conta, principalmente, das duas campanhas. Foram 28 inserções na mídia, com destaque para publicações de artigos no jornal Le Monde Diplomatique e para a cobertura de veículos como a Ponte Jornalismo e a rádio CBN.

Além do clipping, as campanhas geraram parcerias importantes, como a consolidação de uma coluna no portal Justificando e a parceria com a página Quebrando o Tabu, que rendeu mais de 1.800 compartilhamentos e mais de 180 mil visualizações no Facebook.

28

Inserções na mídia

25

Web

01

TV

02

Rádio

A Rede Justiça Criminal se posicionou publicamente a respeito de três acontecimentos que impactaram diretamente o cerne da atuação política e democrática da sociedade brasileira. Em ordem cronológica, foram eles:

Março/2018

O assassinato de Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes

Na nota, a RJC se solidarizou com os familiares e amigos de ambas as vítimas e fez coro ao amplo anseio democrático que clama por uma investigação rigorosa e responsável, nos marcos da lei, que garanta a devida responsabilização de todos os envolvidos. A intervenção federal não pode servir de cortina de fumaça para a elucidação de um crime que apresenta sérias características de execução.



Outubro/2018

Ameaças contra a participação democrática (1º turno das eleições)

Para a Rede, a transparência e a participação social são alicerces fundamentais para a consolidação da democracia brasileira, que balizam a ação de qualquer Estado de Direito, paradigma assumido pelo Brasil desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.



Outubro/2018

A vitória do candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro

Na declaração, a Rede Justiça Criminal renovou a determinação e intensificação de seus esforços para enfrentar as graves ameaças à efetivação dos direitos e garantias fundamentais.



* EVENTOS

Ao todo, a Rede Justiça Criminal, participou de 17 eventos em 2018, que foram sediados em diversos estados do Brasil.

Em abril, Janaína Homerin, secretária executiva da RJC, participou do 10º Congresso GIFE - Brasil, Democracia e Desenvolvimento Sustentável. O evento, realizado anualmente, tem como objetivo pensar quais as contribuições do investimento social privado para a formação de novas agendas e convergências no país.



10º Congresso GIFE

Em agosto de 2018, a Rede foi convidada a participar de audiência pública convocada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para debater as perspectivas de combate ao encarceramento em massa. A Rede foi representada por Raissa Belintani, pesquisadora do ITTC, a única mulher presente na mesa da audiência.



Créditos: Câmara dos Deputados

O principal foco da discussão foi a falta de exatidão das informações oficiais sobre aprisionamento no Brasil. Como resultado, Raissa Belintani e Janaína Homerin, secretária executiva da Rede, elaboraram um artigo para o jornal *Le Monde Diplomatique* para compartilhar essa preocupação com um público maior, conectando-se, ainda, com a campanha “#EleiçõesSemTruque”.

Audiência Pública na Câmara dos Deputados

EVENTOS ✖

Em outubro, em parceria com o Sesc Santana, a Amparar, o Gerando Falcões, o ITTC e o Instituto Responsa, a RJC apoiou a realização do seminário “ReIntegrar, com Equidade de Raça e Gênero”, realizado em São Paulo e organizado pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT).

O objetivo do encontro foi promover discussões sobre a empregabilidade de pessoas que cumpriram pena no sistema carcerário, a partir de perspectiva interseccional, com recortes de gênero e raça, além de divulgar práticas de organizações da sociedade civil nesta área.



25
OUT

Seminário
**ReIntegrar,
com equidade de
raça e gênero**

Discussão sobre os desafios no mundo do trabalho para pessoas que cumpriram pena no sistema carcerário.

🕒 das 13 às 17 horas 📍 SESC Santana - São Paulo

INSCREVA-SE AGORA

VAGAS LIMITADAS

www.ceert.org.br

REALIZAÇÃO: CEERT, Sesc, ITTC, Gerando Falcões, RESPONSABILIDADE SOCIAL, INSTITUTO DE JUSTIÇA CRIMINAL

APOIO: INSTITUTO DE JUSTIÇA CRIMINAL

Com show da Xênia França

“ReIntegrar, com equidade de raça e gênero”



Em novembro a RJC foi representada pela assessora de advocacy do IDDD, Nathalie Fragoso, em audiência pública sobre o PLS 272/16 (que altera a Lei Antiterrorismo) na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Esse debate foi de extrema importância para trazer luz a um tema tanto relevante quanto perigoso que é a tipificação de terrorismo.

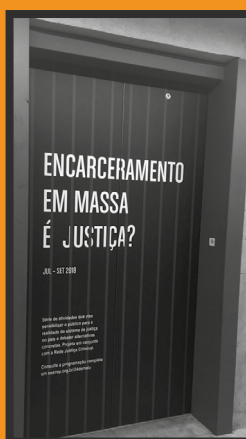
Audiência Pública Lei antiterrorismo

* CAMPANHAS

Encarceramento em massa não é justiça



Créditos: Conselho Nacional de Justiça



A campanha “Encarceramento em Massa não é Justiça” foi lançada em 2017, resultado de uma parceria da Rede Justiça Criminal com a agência de publicidade J. Walter Thompson Brasil e a OAK Foundation. O objetivo da campanha é dar mais visibilidade à cultura do encarceramento em massa, que vigora há décadas no Brasil. Por meio de um equipamento de realidade virtual, o sujeito é projetado no interior de uma típica cela brasileira, superlotada, onde pessoas disputam espaço para sobreviver. O propósito da experiência é favorecer a aproximação com o tema do encarceramento. O vídeo “Realidade Visceral” se propõe a dar

visibilidade à vida no cárcere, oferecendo a oportunidade de disseminar o testemunho de pessoas que vivenciaram essas condições.

Em algumas ações, o vídeo é assistido dentro de uma instalação que simula uma cela de prisão. Quem participa da experiência é convidado a assinar uma petição em apoio a quatro medidas para reverter a atual política criminal brasileira, que coloca a pena de prisão como principal resposta do Estado aos casos de cometimento – ou suspeita de cometimento – de um crime.

1

Audiência de custódia deve ser lei

2

Liberar quem já cumpriu pena

3

Acabar com a superlotação das prisões

4

Garantir direitos das mulheres presas

O ano de 2018 foi marcado pela diversificação da campanha. Em março, uma ação que contava com a exibição do vídeo junto a um debate sobre o tema estava na programação do Fórum Social Mundial, que seria realizado em Salvador, na Bahia. No entanto, devido ao brutal assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, ocorrido no dia anterior, o evento foi cancelado. Esse episódio expôs a violência que paira sobre ativistas de direitos humanos, inclusive tendo culminado em uma nota pública da Rede Justiça Criminal.

Em maio, o Escritório de Comunicação da Open Society Foundation convidou a Rede para apresentar a campanha no Museu de Políticas de Drogas, na Cidade do México. O Museu é um centro de arte e cultura que reúne manifestações artísticas de todo o mundo para falar sobre como as políticas de drogas impactam e moldam a sociedade.



Outra ação que gerou um grande impacto para a divulgação da campanha foi a parceria inédita da Rede com o Sesc 24 de maio. Sob o nome “Encarceramento em massa é justiça?”, a campanha fez parte da programação do Sesc de julho a setembro e contou com diversas atividades para além da experiência da realidade virtual, como debates, chamados de ConverSaraus, shows, espetáculos de dança e de teatro.

Essa unidade do Sesc, por estar localizada no centro de São Paulo, alcança um público plural, muitas vezes diretamente afetado pelo sistema de justiça criminal, permitindo uma interação mais direta com o público e uma troca de conhecimento ainda mais rica. Nesse período de três meses de exposição, cerca de 2.000 pessoas participaram de pelo menos uma

atividade, e foram recolhidas mais de 1.500 assinaturas para a petição, além da parceria ter finalizado com a possibilidade de extensão para outras unidades do Sesc.

2000 pessoas visitaram a exposição no Sesc 24 de Maio

1500 Pessoas assinaram a petição na ocasião

Em novembro, a RJC foi convidada a apresentar a campanha no curso de formação da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 3ª Região sobre encarceramento feminino. A apresentação, seguida da exibição da realidade virtual, foi realizada para juízes e juízas federais recém-empossados.

Em dezembro de 2018, a Rede Justiça Criminal foi convidada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a exibir a campanha e o vídeo “Realidade Visceral” no XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. A intervenção foi realizada em parceria com Emerson Martins Ferreira, idealizador do projeto Reflexões da Liberdade, e protagonista do vídeo da campanha. Na ocasião, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Antônio Dias Toffoli, passou pela experiência e estendeu o convite aos outros 400 participantes do evento.



Créditos: Conselho Nacional de Justiça

* CAMPANHAS

Eleições Sem Truque



Buscando aproveitar o período eleitoral para discutir temas de direitos humanos e qualificar o debate público sobre segurança, tema de ampla preocupação dos eleitores e das eleitoras brasileiras durante o período eleitoral, a Rede lançou em julho a campanha “Eleições sem Truque”. A campanha teve como objetivo fornecer informações a fim de identificar propostas eleitorais infundadas sobre segurança pública e justiça criminal.

O mote da campanha “Eleições Sem truque”, portanto, surgiu do grande número de propostas utópicas baseadas principalmente no senso comum e não na informação empírica, e que muitas vezes apenas reforçam um discurso conservador que reivindica cada vez mais prisões e punição, sem que nada disso tenha significado redução nos índices de violência em todos esses anos.

A chamada à ação da campanha encorajava as pessoas a analisarem e questionarem as propostas de seus candidatos e candidatas ao governo de estado, à presidência da República e aos cargos legislativos estaduais e federais, podendo enviar perguntas como “Que dados e estudos fundamentam suas propostas?” ou “Por que falta informação sobre a situação carcerária do país?”.

As perguntas podiam ser enviadas por meio da plataforma digital da campanha, na qual também era possível ter acesso ao documento completo, que serviu como um guia para identificar propostas utópicas de candidatos e candidatas e disponibilizava informações embasadas em pesquisas e dados oficiais. Ao todo, foram mais de 1.300 perguntas enviadas, além de mais de 50 *presskits* distribuídos para redações de São Paulo e outras regiões do Brasil.

A inovação na abordagem metodológica foi incluir falácias conhecidas do discurso eleitoral e frases do senso comum em embalagens de itens de consumo, como sabão em pó e creme hidratante, a fim de chamar atenção das pessoas, à primeira vista, e abrir espaço para o questionamento acerca de tais afirmações, em contraponto com dados públicos consolidados pela Rede.

A primeira ação voltada ao público geral focou nas reações espontâneas da população e foi gravada no vídeo que apresenta a campanha na plataforma online. No vídeo, intitulado “#EleiçõesSemTruque - Votando em uma política de Estado para justiça criminal”, as pessoas saudaram a iniciativa de levar o debate às ruas. Elas também expressaram a opinião de que o uso abusivo da pena de prisão não é uma boa política, porque, além de não resolver o problema da violência, só serve para encarcerar sempre o mesmo perfil: pessoas pobres e pretas. Para reduzir a violência ações nas áreas da educação, lazer e cultura são mais relevantes.



Além dos eventos de lançamento, a Rede organizou um debate aberto e transmitido ao vivo para o público das redes sociais na livraria Taperá Taperá. Participaram da discussão Janaína Homerin, representando a Rede, Nathália Oliveira, da Plataforma Brasileira de Política de Drogas, Bruno Langeani, do Instituto Sou da Paz, e Edna Jatobá, do GAJOP.



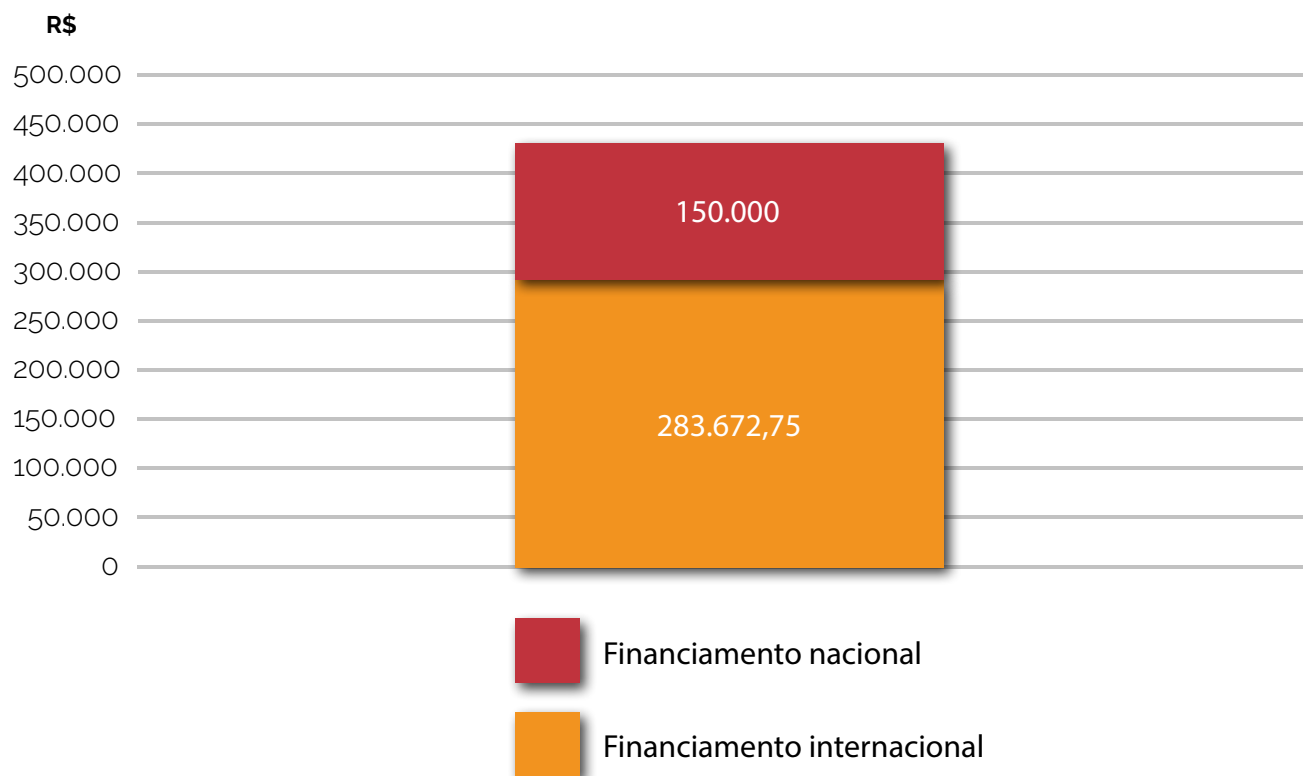
A campanha contou com um evento de pré-lançamento, no dia 26 de julho, destinado a apresentá-la aos parceiros da sociedade civil e reforçar a inter-relação do tema do encarceramento com pautas conexas, como o combate ao racismo, o direito à informação, a transparência e a participação democrática, entre outros. O evento de lançamento com a imprensa ocorreu no dia 31 de julho. Os eventos contaram com a participação de Raquel da Cruz Lima, consultora da Rede e redatora do material, Janaína Homerin, secretária executiva, e Ana Luiza Voltolini Uwai, integrante da equipe de comunicação do ITTC.



Após o lançamento da campanha, a Rede começou a ser chamada para levar as discussões para outros espaços. Em agosto, a RJC foi convidada pelo programa QuatroV para apresentar a campanha. Participaram Ana Navarrete, assessora de comunicação da Rede, e Maria Clara D’Ávila, integrante do ITTC. No mesmo mês, a convite do GAJOP, a Rede participou da I Conferência Popular de Segurança Pública de Pernambuco. Já por meio da aproximação com o Pacto pela Democracia, participou do Festivote, em agosto, e da Virada Política, em setembro. No mesmo mês, também organizou, em parceria com o Coletivo Brasil de Comunicação Social - Intervezes, o debate “Mídia, Eleições e Segurança Pública”, que aconteceu no Museu da Maré, no Rio de Janeiro.

* TRANSPARÊNCIA

A Rede Justiça Criminal preza pela transparência e seriedade do seu trabalho. Por essa razão, os valores de financiamentos estão disponíveis no presente relatório. Em 2018, a Open Society Foundations foi responsável pelos recursos internacionais investidos na RJC, enquanto o Fundo Brasil de Direitos Humanos foi responsável pelos recursos nacionais. Foram eles:



* MEMBROS E PARCEIROS

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)
Conectas Direitos Humanos
Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)
Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH)
Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)
Instituto Sou da Paz
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC)
Justiça Global.

Oak Foundation
Open Society Foundations
Instituto Betty e Jacob Lafer
Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH)

Artigo 19
Aliança de Controle do Tabagismo (ACT)
Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)
Coding Rights
Fábrica de Ideias Brasileiras (FIB)
Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)
Fórum Popular de Segurança Pública de Pernambuco
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)
Instituto Alana
Intervozes
Instituto Veredas
Justificando
Livraria Tapera Taperá
Movimentos
Pacto pela Democracia
Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)
Pulso Público
Quebrando o Tabu
Redes da Maré
Reflexões da Liberdade
Sesc 24 de Maio
Taturana

* EQUIPE

Secretária Executiva - Janaína Homerin
Assessora de Advocacy - Andresa Porto
Assessora de Comunicação - Ana Navarrete
Assessora de Projetos - Mariana Carrera

Produção, edição e diagramação do Relatório - Ana Luiza Voltolini Uwai

